

José Sousa de Lima
Advogado

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO PRESIDENTE DO SUPREMO
TRIBUNAL FEDERAL**

Objeto: Reclamação Constitucional
Reclamante: Pedro Eugenio Beneduzzi Leite

PEDRO EUGENIO BENEDUZZI LEITE, brasileiro, casado, aposentado, bancário, **PROFISSIONAL DE RELAÇÕES PÚBLICAS E IMPRENSA**, conforme documento anexo (DOC_15), portador do RG nº. 8748402 SSP/SP e inscrito no CPF/MF 318.487.459-15, domiciliado em Brasília – DF e residente na SQS 103, Bloco C, Apartamento 103, Asa Sul, CEP: 70.342-030, por meio do seu procurador **JOSÉ SOUSA DE LIMA**, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/DF nº. 58.166, com escritório profissional situado na Península dos Ministros – SHIS QL 12, Conjunto 05, Casa 10, Brasília/DF, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, com fulcro no art. 102, I, “P”, da Constituição Federal c/c art. 988, II, III, do Código de Processo Civil, apresentar

RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL
COM PEDIDO CAUTELAR DE SUSPENSÃO DO ATO IMPUGNADO

em desfavor da r. decisão (DOC_02), proferida pelo i. juízo da 9ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, nos autos do processo nº. 1017315-77.2019.4.01.3400, cuja r. decisão liminar **CENSUROU** o Reclamante de tecer críticas ao Presidente da Caixa Econômica Federal, bem como a determinados atos de gestão da empresa, violando diametralmente os termos e a autoridade dos julgados deste Egrégio Supremo Tribunal Federal, nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº. 4.451, nos autos da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº. 130, nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº. 2.566, e, ainda, nos autos da Reclamação Constitucional nº. 22.328, conforme as razões e fundamentos a seguir expostos.

I – DO CABIMENTO DA PRESENTE RECLAMAÇÃO

- Inicialmente, é importante esclarecer que a presente Reclamação Constitucional amolda-se aos requisitos de cabimento contidos no art. 102, I, “I”, da Constituição Federal, bem como no art. 988, II, III, do Código de Processo Civil, porquanto a r. decisão (DOC_02), proferida pelo i. juízo da 9ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, **VIOLOU DIAMETRALMENTE O CONTEÚDO DISPOSTO NOS ACÓRDÃOS**, proferidos em sede de controle concentrado, nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº. 4.451, nos autos da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº. 130, nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº. 2.566, e, ainda, nos autos da Reclamação Constitucional nº. 22.328.

- Por fim, é necessário esclarecer que o Reclamante goza de legitimidade para propor a presente Reclamação, tendo em vista que a r. decisão (DOC_02) fora proferida em seu desfavor, **IMPEDINDO-O** e, por consequência lógica, **CENSURANDO-O** de tecer críticas aos atos de gestão do Presidente da Caixa Econômica Federal, bem como aos atos de gestão da própria Caixa Econômica Federal.

II – DAS PREMISSAS DESCONTEXTUALIZADAS QUE LEVARAM O I. JUÍZO A DETERMINAR A CENSURA AO RECLAMANTE

- Na origem, trata-se de ação ordinária, ajuizada por Caixa Econômica Federal, bem como pelo seu Presidente, Pedro Duarte Guimarães, em desfavor do ora Reclamante, objetivando: I – a condenação em danos morais, totalizando R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para cada Requerente; II – o deferimento da tutela provisória de urgência para que o ora Reclamante, “se abstenha da prática de quaisquer atos que geram danos morais e à imagem da Caixa, de seu Presidente e de seus empregados, sob pena de multa diária.

- Ocorre que, com o devido respeito ao i. juízo da 9ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, sob falsas premissas e alegações

José Sousa de Lima
Advogado

completamente descontextualizadas, contidas na petição inicial, deferiu o pedido liminar e, em consequência disso, **CENSUROU** o Reclamante de tecer críticas aos atos de gestão do Presidente da Caixa Econômica Federal, bem como aos atos de gestão da própria Caixa Econômica Federal.

- Pede-se licença à Vossa Excelência para consignar um trecho da r. decisão que impôs a censura ao ora Reclamante. Veja-se:

Pretende a parte autora a concessão de tutela de urgência para impedir o réu de permanecer postando em redes sociais mensagens ofensivas à imagem da CEF, de seu presidente e seus empregados.

De início, entende-se que não obstante se reconheça a liberdade de expressão como garantia fundamental no ordenamento jurídico vigente, inexistente qualquer direito de caráter absoluto, de modo que o exercício desse direito constitucional deve ser exercido conjuntamente com outros direitos, que possuem a mesma proteção jurídica.

Assim, embora o réu Pedro Eugênio Beneduzzi Leite possua o direito à liberdade de expressão assegurado constitucionalmente, esse direito termina quando começa o direito dos autores à imagem, e, do segundo autor especificamente, como pessoa física, à honra. Nessa direção, ao postar em redes sociais, como o, mensagens chamando o presidente Facebook da CEF de termos injuriosos, procurando diminuí-lo como pessoa e profissional, o réu passa a adotar postura que ofende o direito à honra e à dignidade do segundo autor.

Em algumas mensagens, inclusive, o réu afirma de forma clara que o presidente da CEF estaria praticando tráfico de influência dentro da instituição financeira, com o intuito de beneficiar bancos privados, bem como gestão fraudulenta de recursos, o que permitiria enquadrar tais postagens na figura prevista pelo art. 138 do Código Penal (Calúnia).

Outrossim, ao inserir mensagens em redes sociais atacando a Caixa Econômica Federal de modo tão incisivo e pejorativo, utilizando-se, por vezes, de documentos internos da própria instituição financeira, o réu, ao pretexto de exercer seu direito de livre manifestação, busca denegrir a imagem da CEF, como instituição financeira, gestora de recursos públicos.

Logo, as provas trazidas pelos autores permitem, em análise preliminar, concluir que o réu tem extrapolado seu direito à livre manifestação, atuando em redes sociais de forma a atacar a imagem da CEF como banco público, e de seu presidente, colocando em xeque a credibilidade da instituição e de seus gestores, e, via de consequência, gerando insegurança nos correntistas, empregados e investidores da instituição financeira autora.

Ante o exposto, defiro o pedido de tutela de urgência, para determinar que o réu se abstenha de inserir em redes sociais, inclusive por publicações, comentários ou compartilhamentos, atos (imagens, fotos, vídeos, mensagens de texto, etc) que possam denegrir a imagem da Caixa Econômica Federal, de seu Presidente e de seus empregados, sob pena de multa diária, que desde já fixo em R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

- Inicialmente, é importante esclarecer que o **Reclamante**, ingressou nos quadros de empregados da Caixa Econômica Federal em 1982, aposentando-se no ano de 2017, **E TEVE UMA VIDA PROFISSIONAL DE DEDICAÇÃO E DEFESA DA EMPRESA, OCUPANDO DIVERSOS CARGOS, TANTO NO ÂMBITO INTERNO DA EMPRESA, QUANTO NAS ASSOCIAÇÕES DE REPRESENTAÇÃO DOS EMPREGADOS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.**

- Dessas forma, com o devido respeito e contando com os *doutos* suprimientos de Vossa Excelência, **É IMPOSSÍVEL CRER QUE UM EX-EMPREGADO**, aposentado, **COM UM VIDA DE DEDICAÇÃO A UMA EMPRESA**, que tenha exercido inúmeros cargos na empresa e nas entidades de representação, **QUEIRA DENEGRIR A IMAGEM DA EMPRESA A QUAL TANTO SE DEDICOU.**

- De fato, o **RECLAMANTE, PROFISSIONAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**, se utiliza das redes sociais para fazer análises de conjunturas, proferir críticas à atos de gestão, **DEFENDER A IMPORTÂNCIA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL NA ECONOMIA DO PAÍS** e, ainda, **DEFENDER**, enquanto cidadão brasileiro e ex-empregado da empresa, **A MANUTENÇÃO DO MODELO DE BANCO QUE JULGA SER MAIS ADEQUADO.** Todavia, as postagens são meras decorrências do livre exercício da manifestação do pensamento, direito fundamental consagrado pelo art. 5º, IV, e pelo art. 220, ambos da Constituição Federal.

- Ademais, é imperioso esclarecer que **TODAS AS POSTAGENS DO RECLAMANTE**, conforme se demonstrará, **TEM POR BASE MATÉRIAS JORNALÍSTICAS PUBLICADAS ANTERIORMENTE ÀS SUAS POSTAGENS**, ou seja, **AS POSTAGENS SÃO MERAS REPRODUÇÕES DE CONTEÚDOS JORNALÍSTICOS PUBLICADOS PELA IMPRENSA LIVRE.** Ainda que não fossem, é direito fundamental do Reclamante proferir críticas aos atos de gestão do

Presidente da Caixa Econômica Federal, bem como os atos da própria Caixa Econômica Federal – CEF, tendo em vista que **SÃO PESSOAS NOTADAMENTE PÚBLICAS, GESTORAS DE RECURSOS PÚBLICOS.**

- Conforme já mencionado, Sua Excelência, o i. juízo *a quo*, deferiu a medida liminar com base nessas informações descontextualizadas e, com isso, **TOLHEU A LIBERDADE DE EXPRESSÃO DO RECLAMANTE DE, EVENTUALMENTE, TECER QUAISQUER CRÍTICAS EM RELAÇÃO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, BEM COMO AOS ATOS DO SEU PRESIDENTE.**

- Com o devido respeito, **É INVERÍDICA** a premissa contida na r. decisão, que deferiu a tutela provisória, de que **“o réu afirma de forma clara que o presidente da CEF estaria praticando tráfico de influência dentro da instituição financeira, com o intuito de beneficiar bancos privados, bem como gestão fraudulenta de recursos”.**

- Tal trecho da r. decisão se fundou na alegação de que o Reclamante, em discurso na Tribuna da Câmara dos Deputados, afirmou que “O Presidente é representante dos banqueiros”, “Vieram para nos enfraquecer para diminuir nossa participação no mercado”.

- A fala do Reclamante **TRATA-SE DE UMA CRÍTICA AO PLANO DE GOVERNO, QUE REPRESENTA O PRESIDENTE DA INSTITUIÇÃO, QUE REVELA COM NITIDEZ E CLAREZA A IDEIA DE DIMINUIR A PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS PÚBLICAS NA ECONOMIA E FORTALECER O CAPITAL PRIVADO, NO CASO DO SISTEMA FINANCEIRO, OS BANCOS PRIVADOS.**

- São inúmeras as notícias e falas das autoridades eleitas que a **POSTURA DO GOVERNO É LIBERAL, SOB O ÂNGULO DA ECONOMIA**, e, portanto, **É COERENTE QUE A POSTURA LIBERAL**

DIMINUA A PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS ESTATAIS E PRIVILEGIE OS ATORES DO MERCADO PRIVADO. O QUE NÃO É COERENTE, com o devido respeito, É AS AUTORIDADES ELEITAS VENDEREM UM IDEAL LIBERAL E, QUANDO HOUVER CRÍTICAS AO MODELO, ENTENDEREM ESSAS CRÍTICAS COMO UM ATAQUE PESSOAL E/OU A IMPUTAÇÃO DE CRIMES.

- Nesse sentido, pede-se licença à Vossa Excelência para **CONSIGNAR UMA FALA RECENTE DO MINISTRO PAULO GUEDES**, reproduzida pelo editorial da Folha de São Paulo, em que o título da matéria é **“TEM QUE IR TUDO, DIZ GUEDES AO DEFENDER PRIVATIZAÇÃO DAS ESTATAIS”¹**.

- Portanto, o Reclamante **JAMAIS IMPUTOU CRIMES, COMO POR EXEMPLO, TRÁFICO DE INFLUÊNCIA AO PRESIDENTE DA INSTITUIÇÃO**. Trata-se **DE UMA MERA CONSTATAÇÃO LÓGICA DO MODELO E PLANO DE GOVERNO DAS AUTORIDADES ELEITAS QUE ENSEJARAM A NOMEAÇÃO DO PRESIDENTE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**.

- Afinal, como se sabe, **É FATO PÚBLICO E NOTÓRIO QUE O PRESIDENTE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL É UM *PLAYER* DO MERCADO FINANCEIRO, ESPECIALISTA EM PRIVATIZAÇÕES, SÓCIO DO BANCO BRASIL PLURAL**, que fora escolhido pelo Presidente da República, bem como pelo Ministro da Economia, **COM O AFÃ DE CUMPRIR A PROMESSA DE CAMPANHA DE PROMOVER DESINVESTIMENTOS EM EMPRESAS PÚBLICAS**.

- Ademais, é de bom alvitre esclarecer que desde a eleição do Presidente da República, no ano de 2018, **a imprensa nacional cuidou de destrinchar a vida e carreira do PRESIDENTE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e todas as notícias publicadas**, conforme se

¹Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/03/em-evento-no-rio-presidentes-de-estatais-defendem-privatizacao.shtml>. Acesso em 05jul2019.

demonstrará, **DÃO CONTA QUE AS PALAVRAS DO RECLAMANTE TRATAM-SE DE UMA CONSTATAÇÃO OU, NO MÁXIMO, UMA CRÍTICA PÚBLICA A UMA PERSONALIDADE PÚBLICA SOB O SEU MODELO GESTÃO.**

PORTAL	DATA	TEXTO	LINK
Portal G1	22/11/2019	Indicado para comandar a Caixa Econômica Federal no governo de Jair Bolsonaro, Pedro Guimarães é sócio do banco de investimento Brasil Plural e especialista em processos de privatizações. Assessorou, por exemplo, a privatização do Banespa, antigo banco estadual do estado de São Paulo.	https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/11/22/quem-e-pedro-guimaraes-indicado-para-a-presidencia-da-caixa.ghtml
Portal IG	22/11/2019	edro Guimarães, indicado por Paulo Guedes para comandar a Caixa Econômica Federal no governo de Jair Bolsonaro (PSL), é sócio do banco de investimentos Brasil Plural e especialista em processos de privatizações. O futuro presidente da Caixa acompanhou, por exemplo, a privatização do Banespa, antigo banco estadual de São Paulo.	https://economia.ig.com.br/2018-11-22/conheca-o-novo-presidente-da-caixa.html
Carta Capital	07/01/2019	Pedro Guimarães, o banqueiro especialista em privatizações que foi empossado por Jair Bolsonaro nesta segunda-feira 7 como presidente da Caixa Econômica Federal, é genro de Leo Pinheiro, ex-executivo da empreiteira OAS. Ele ganhou fama nacional quando foi pego em um esquema de propina revelado pela Operação Lava Jato.	https://www.cartacapital.com.br/politica/novo-presidente-da-caixa-e-genro-de-leo-pinheiro-delator-do-triplex/

- Nota-se que **TODAS ESSAS NOTÍCIAS FORAM PUBLICADAS ANTERIOREMENTE AO DISCURSO PROFERIDO PELO RECLAMANTE** na tribuna da Câmara dos Deputados. Chama **ATENÇÃO A NOTÍCIA VEICULADA PELO PORTAL CARTA CAPITAL AFIRMANDO QUE O PRESIDENTE DA EMPRESA É UM “BANQUEIRO”**. Porém, não se tem notícia de que o Presidente da

Empresa ajuizou ação judicial em desfavor do Portal pelo fato da alcunha, bem como do teor da matéria ter violado a sua honra e/ou sua personalidade.

- **EM RELAÇÃO À SUSPOSTA IMPUTAÇÃO DO CRIME DE GESTÃO FRAUDULENTE DE RECURSOS**, o Reclamante, outrossim, **JAMAIS IMPUTOU A PRÁTICA DESSE CRIME AO PRESIDENTE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.**

- Conforme outrora mencionado, **O RECLAMANTE MERAMENTE REPRODUZIU**, em suas redes sociais, **AS NOTÍCIAS QUE FORAM PÚBLICADAS EM INÚMEROS PORTAIS DE NOTÍCIAS QUE DENUNCIAVAM UMA TENTATIVA DE MANOBRA CONTÁBIL**, como por exemplo, o Portal Brasil 247 e o Portal Reuters.

- Senão vejamos:

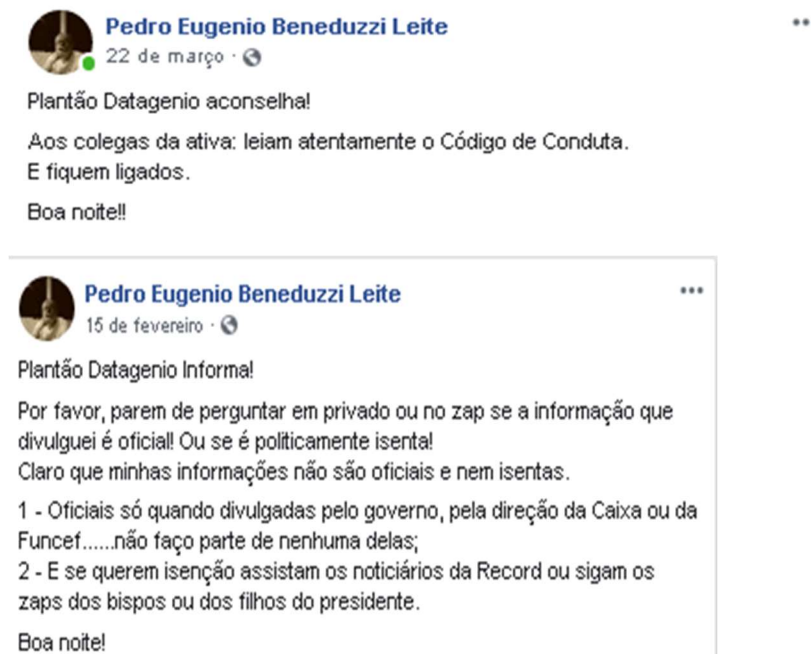
PORTAL	DATA	TEXTO	LINK
Brasil 247	27/02/2019	O presidente bolsonarista da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, ordenou que a instituição faça uma manobra contábil com o claro objetivo de desvalorizar o branco e criar clima para a privatização	https://www.brasil247.com/economia/presidente-da-caixa-faz-manobra-contabil-para-desvalorizar-banco
Reuters	27/02/2019	SÃO PAULO (Reuters) - A pedido do presidente-executivo Pedro Guimarães, a Caixa Econômica Federal está preparando uma provisão extraordinária de até 7 bilhões de reais para perdas esperadas com calotes no financiamento imobiliário e com a desvalorização de imóveis que foram retomados pelo banco, disseram à Reuters duas fonte com conhecimento do assunto.	https://br.reuters.com/article/businessNews/idBRKC N1QG1H6-OBRS

- Ao analisar a data que as matérias foram publicadas nos veículos de imprensa, qual seja, 27/02/2019, e a data que o Reclamante publicou em suas redes sociais, qual seja, 14/03/2019, **É POSSÍVEL VERIFICAR QUE**

TRATA-SE DE MERA REPRODUÇÃO DO CONTEÚDO CONTIDO NAS NOTÍCIAS VEICULADAS.

- É de se destacar que a r. decisão se baseou em premissas equivocadas ao afirmar que: **“utilizando-se, por vezes, de documentos internos da própria instituição financeira, o réu, ao pretexto de exercer seu direito de livre manifestação, busca denegrir a imagem da CEF, como instituição financeira, gestora de recursos públicos”**.

- Com efeito, **O RECLAMANTE JAMAIS UTILIZOU DOCUMENTOS INTERNOS DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA FAZER PUBLICAÇÕES NAS SUAS REDES SOCIAIS**. Muito pelo contrário, as postagens, abaixo transcritas, demonstram o desincentivo categórico em utilizar documentos internos e/ou informações privilegiadas. Senão vejamos:



José Sousa de Lima
Advogado



Pedro Eugenio Beneduzzi Leite

9 de março · 🌐



Plantão Datagenio Informa.

Aos colegas da Caixa.

Sobre mudanças em SRs;

1 - Somos uma empresa 100% Pública, então é natural que aconteçam mudanças nos altos cargos de confiança quando um novo governo é eleito. Desde que os nomeados tenham os pré requisitos exigidos para os cargos, e os que estão saindo sejam tratados com respeito, nenhuma anormalidade;

2 - Claro que uma mudança de grandes proporções causa preocupações nos colegas das unidades, mas isso faz parte de nossa carreira na empresa;

3 - Na próxima semana a Caixa irá oficializar a posse de 27 novos superintendentes regionais, mas 15 superintendências estavam vagas (sem a efetivação no cargo), então 12 dos atuais foram mudados;

4 - Houve também movimentação entre as superintendências;

5 - Esta sendo aventada a unificação entre algumas SRs, até agora só tenho a confirmação de uma;

6 - Muitos colegas fazendo contatos pelo zap solicitando que eu informe os nomes de quem está assumindo ou saindo. Não farei isso. Este é um momento delicado para tod@s os profissionais envolvidos e cabe à direção da Caixa e a eles comunicarem suas equipes. Aguardem, que segunda feira haverá a comunicação pelos canais internos;

7 - Desejo boa sorte aos q chegam aos cargos agora e aos que permanecem. Os que estão saindo cumpriram seu período na função e apresentaram seus resultados.

É responsabilidade de tod@s nós manter a Caixa forte, prestando bons serviços à população; com bons resultados e 100% Pública!
Avante!



Pedro Eugenio Beneduzzi Leite

22 de fevereiro · 🌐



Plantão Datagenio Informa!

Todos querendo saber sobre a reestruturação, fechamento de unidades, PDVE.....vou contar:

- Ainda não foi aprovado nada disso no Conselho de Administração.
Tudo que circula nos zaps, corredores, e-mails é boato.

Há resistência.
Avante!

- Nota-se, **A PARTIR DO CONTEÚDO DISPOSTO NAS MENSAGENS,** acima mencionadas, **PUBLICADAS ANTERIORMENTE AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO JUDICIAL** que o **RECLAMANTE** afirma categoricamente: **“CLARO QUE AS MINHAS INFORMAÇÕES NÃO SÃO OFICIAIS E NEM ISENTAS”;** **“OFICIAIS SÓ QUANDO DIVULGADAS PELO GOVERNO, PELA**

DIREÇÃO DA CAIXA OU DA FUNCEF. NÃO FAÇO PARTE DE NENHUMA DELAS”; “TUDO QUE CIRCULA NOS ZAPS, CORREDORES, E-MAILS É BOATO”. E, por fim, “MUITOS COLEGAS FAZENDO CONTATO PELO ZAP SOLICITANDO QUE EU INFORME OS NOME DE QUEM ESTA ASSUMINDO OU SAINDO. NÃO FAREI ISSO. ESTE É UM MOMENTO DELICADO PARA TODOS OS PROFISSIONAIS E CABE À DIREÇÃO DA CAIXA E A ELES COMUNICAREM SUAS EQUIPES”.

- Ora, Excelência, com o devido respeito, **É IMPOSSÍVEL NÃO VERIFICAR A CAUTELA DO RECLAMANTE EM NÃO DIVULGAR INFORMAÇÕES** e, ainda, **É POSSÍVEL VIZUALIZAR O DESINCENTIVO DE TAL PRÁTICA**, bem como de **REPUDIAR A PROPAGAÇÃO DE BOATOS NÃO OFICIAIS QUE, EM TESE, PREJUDICARIAM A EMPRESA E OS EMPREGADOS.**

- Outra premissa equivocada, sob a qual se fundamentou a r. decisão, é a de que: **“atuando em redes sociais de forma a atacar a imagem da CEF como banco público, e de seu presidente, colocando em xeque a credibilidade da instituição e de seus gestores, e, via de consequência, gerando insegurança nos correntistas, empregados e investidores da instituição financeira autora”.**

- Conforme as reprodução de conteúdos, já expostas, **O RECLAMANTE JAMAIS TEVE A PREDISPOSIÇÃO EM ATACAR A IMAGEM DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL COMO BANCO PÚBLICO.** Muito pelo contrário, **O REQUERIDO É UM DOS MAIORES DEFENSORES DA MANUTENÇÃO DA EMPRESA COMO GESTORA DE RECURSOS PÚBLICOS E, AINDA, PELA MANUTENÇÃO DA CAIXA SOBRE O ATUAL MODELO SOCIETÁRIO, QUAL SEJA, COM O CAPITAL 100% (CEM POR CENTO) PÚBLICO.**

- Senão vejamos:

José Sousa de Lima Advogado



Pedro Eugenio Beneduzzi Leite

12 de fevereiro · 🌐

Importante: A Caixa no início dos anos 90!

Quando Collor tomou posse, nomeou Zélia Cardoso de Melo como Ministra da Economia. Uma privatista. Ela indicou um representante dos banqueiros para presidir a Caixa, Lafayette Coutinho, que era diretor do Banco Econômico.

Ele chegou cheio de banca, dizia que os empregados da Caixa eram incompetentes, que tudo que a gente fazia era errado, que bons eram os profissionais do "mercado". Tratava tod@s de forma grosseira, era autoritário, falastrão e exibicionista.....resistimos.....e ele acabou ficando pouco tempo, e mesmo assim deixou como legado de sua política habitacional desastrosa um grande número de empreendimentos problema, que a Caixa levou anos para regularizar.

Passados 30 anos, o Banco Econômico não existe mais e ninguém sequer se lembra de quem eram Zélia e Lafayette.

Enquanto a Caixa continua firme, um banco enorme, prestando serviços inestimáveis a população e com seu quadro de empregados CONCURSADOS muito competente e gerando lucro anual crescente por anos seguidos!

A Caixa tem mais de 150 anos, foi criada no Império, viu a chegada da República, passou pela ditadura Vargas, democracia novamente, ditadura militar, Nova República.....sempre prestando bons serviços ao país. Temos experiência de luta e competência de trabalho. Resistimos antes e resistiremos agora.

Avante!

...



Pedro Eugenio Beneduzzi Leite

21 de fevereiro · 🌐

Plantão Datagenio Informal

Aos colegas da Caixa:

- 1 - Trabalhamos em uma empresa pública, com mais de 150 anos de bons serviços prestados ao Brasil e aos brasileiros;
- 2 - Temos compromisso com o Estado, não com governos, que são transitórios;
- 3 - Ingressamos na Caixa via concurso público, não por indicação de quem quer que seja. Não devemos nada a ninguém;
- 4 - Nosso crescimento profissional se dá por antiguidade, competência e, também, relacionamentos internos;
- 5 - A formação de um executivo da Caixa leva mais de uma década, de trabalho, estudos e apresentação de resultados;
- 6 - Não podemos aceitar calados sermos taxados tod@s de incompetentes, pois colocamos a Caixa entre os 3 maiores bancos do país, entregamos tudo que os governos nos demandaram e ainda demos resultados financeiros positivos todos os últimos anos;
- 7 - A retirada sistemática de funções de altos executivos, como vem acontecendo, enfraquece a empresa, promovendo mudanças abruptas na linha de sucessão e a consequente perda de inteligência corporativa;
- 8 - É preciso organizar a resistência, política e administrativa;
- 9 - A Caixa é patrimônio do Estado, não de governos, e temos a obrigação funcional de defendê-la de quem quer que seja que tente diminuir seu papel e sua atuação;
- 10 - Unidos Somos Fortes! Já mostramos isso em outras oportunidades!

Resistir e Reagir!

José Sousa de Lima
Advogado

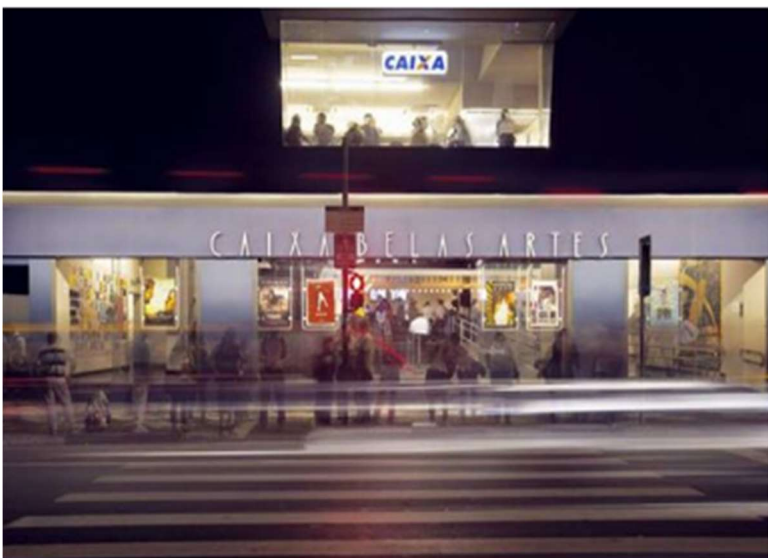


Pedro Eugenio Beneduzzi Leite

26 de fevereiro · 🌐

Plantão Datagenio Informa!

- 1- Vocês perceberam que a Caixa, que era presença constante, quase não aparece mais nos meios de comunicação?
 - 2 - O corte na área de marketing foi fundo. Até patrocínios na área cultural, como o do Cine Belas Artes, um marco paulistano, foi cortado! E poderá fechar nos próximos meses!
 - 3 - Quem não é visto não é lembrado;
 - 4 - Na habitação também estamos parados. Mas os outros bancos estão andando, notadamente o Itaú;
 - 5 - Só falta agora, na reestruturação, acabarem com a Vihab. Espero que não aconteça, pois habitação sempre foi carro chefe da Caixa;
- É preciso resistir!



Pedro Eugenio Beneduzzi Leite

12 de janeiro · 🌐

Caixa, 158 anos!

Criada durante o Império, com o intuito de socorrer os mais necessitados, sobreviveu a todo tipo de governo e cresceu graças ao trabalho e dedicação de gerações de empregados.

A Caixa não pertence a governos, e sim ao Estado.

É 100% Pública e lutaremos para que assim permaneça!

Tive a honra de fazer parte desta história.

Viva a Caixa e seus empregados ativos e aposentados!

Avante!



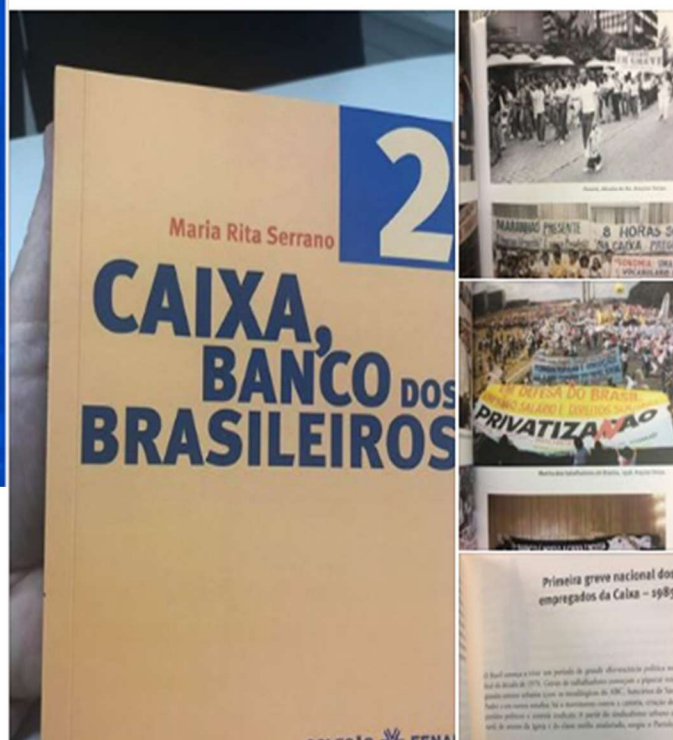
 **Pedro Eugenio Beneduzzi Leite**
15 de março · 🌐

Sexta agitada!
Avante!



...  **Pedro Eugenio Beneduzzi Leite**
12 de fevereiro · 🌐

Patrocinado pela Fena e escrito pela colega Rita Serrano, que é membro do Conselho de Administração da Caixa, este é um livro que tod@s deveríamos ler.
Conhecer a história e a importância da Caixa para o Brasil, nos dá argumentos para os embates contra a privatização ou encolhimento de nossa empresa.
E fiquei contente de ver esta foto minha, participando de nossa primeira e histórica greve: 6 Horas Já!
Avante!



- Logo, **AS CRÍTICAS**, veiculadas pelo Reclamante, em suas redes sociais, **TEM O INTUÍTO DE JUSTAMENTE DEFENDER A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL DO ASSÉDIO DOS BANCO PRIVADOS PARA DESMOBILIZAR O MODELO GESTÃO DA EMPRESA**. Contudo, é de fundamental importância esclarecer que, **independentemente do modelo atual e/ou do modelo que o Presidente da empresa pretende implantar, A EMPRESA, BEM COMO OS ATOS DE GESTÃO PRATICADOS PELA DIRETORIA NÃO ESTÃO IMUNE ÀS CRÍTICAS, PORQUANTO IMUNIZAR AS CRÍTICAS, EM CONCRETO, SERIA TOLHER A LIBERDADE DOS CIDADÃOS E EMPREGADOS CRITICAREM A EMPRESA E/OU SEUS**

GESTORES.

- Outrossim, é de fundamental importância esclarecer que **NÃO HÁ UMA PROVA E/OU ALGUM DADO SEQUER, TANTO NA PETIÇÃO INICIAL, COMO NA R. DECISÃO, COMPROVANDO PREJUÍZOS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL** ou que **A EMPRESA TEVE ALGUMA DESVALORIZAÇÃO EM DECORRÊNCIA DAS POSTAGENS DO RECLAMANTE.**

- **A VERDADE É QUE O CENÁRIO REAL É DIALMETRALMENTE OPOSTO**, porquanto **A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, por meio do seu Presidente e da Diretoria, **ANUNCIARAM, EM 24/06/2019, O BALANÇO FINANCEIRO DO PRIMEIRO TRIMESTRE COM LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 3,98 BILHÕES**, demonstrando, conforme divulgado, **UMA ALTA DE 23% (VINTE E TRÊS POR CENTO) EM RELAÇÃO AO PRIMEIRO TRIMESTRE DO ANO DE 2018.** Tais informações podem ser verificadas no próprio portal oficial da empresa², bem como em outros portais de notícias.

- Pede-se licença à Vossa Excelência para reproduzir integralmente o discurso do Presidente da empresa no vídeo institucional publicado pela empresa.

“ESSE RESULTADO FOI EXCELENTE, EM ESPECIAL PORQUE, NOS DOIS PRIMEIROS MESES, NÓS ESTÁVAMOS FOCADOS MUITO MAIS NA DISCUSSÃO DO BALANÇO, NA DISCUSSÃO DA TROCA DE *MANAGEMENT*. ENTÃO, EFETIVAMENTE, A CAIXA COMEÇOU A ACELERAR A SUA PARTE COMERCIAL EM MARÇO. ENTÃO O RESULTADO FOI DE 23% SUPERIOR AO DO ANO ANTERIOR”³.

²<https://caixanoticias.caixa.gov.br/noticia/19183/balanco-financeiro-do-1o-trimestre-de-2019>. Acesso em 06jul2019

³<https://caixanoticias.caixa.gov.br/noticia/19183/balanco-financeiro-do-1o-trimestre-de-2019>

- Dessa forma, com o devido respeito e novamente contando com os *doutos* suprimientos de Vossa Excelência, **NÃO FAZ SENTIDO O PRESIDENTE DA INSTITUIÇÃO COMEMORAR PERANTE O PÚBLICO A SATISFAÇÃO COM O RESULTADO POSITIVO NO PRIMEIRO TRIMESTRE** e, **POR OUTRO LADO, TENTAR AFIRMAR, EM UMA AÇÃO JUDICIAL TEMERÁRIA, QUE AS POSTAGENS DO RECLAMANTE TEM ENSEJADOS PREJUÍZOS À INSTITUIÇÃO.**

- É de se destacar, por fim, que esse resultado positivo da empresa, no primeiro trimestre do ano de 2019, fora amplamente divulgado pelos portais mais acessados e, ainda, pelos portais especializados no sistema financeiro. Senão vejamos:

PORTAL	SÍNTESE DA MATÉRIA
UOL ⁴	A Caixa Econômica Federal reportou nesta segunda-feira lucro líquido contábil de R\$ 3,92 bilhões para o primeiro trimestre, alta de 22,9% em relação ao mesmo período de 2018, ajudada pela queda nas provisões com perdas em empréstimos...
Portal G1 ⁵	A Caixa Econômica Federal reportou nesta segunda-feira (24) lucro líquido contábil de 3,92 bilhões no primeiro trimestre, alta de 22,9% em relação ao mesmo período de 2018, impulsionada pela queda nas provisões com perdas em empréstimos e pelo aumento das receitas com tarifas.
Agência EBC ⁶	O lucro líquido de R\$ 3,92 bilhões registrado pela Caixa Econômica Federal no primeiro trimestre de 2019, valor que

2019. Acesso em 06jul2019

⁴<https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2019/06/24/caixa-economica-federal-tem-lucro-liquido-de-r-392-bi-no-1-trimestre.htm>. Acesso em 06jul2019

⁵<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/06/24/caixa-economica-federal-tem-lucro-de-r-392-bilhoes-no-1o-trimestre.ghtml>. Acesso em 06jul2019

⁶<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-06/presidente-da-caixa-diz-que-resultado-do-trimestre-e-surpreendente>

	corresponde a um crescimento de 23% na comparação com o primeiro trimestre de 2018, foi, segundo o presidente do banco, Pedro Guimarães, “surpreendente”.
--	---

- Portanto, com o devido respeito e novamente contando com os *doutos* suprimientos de Vossa Excelência, encontra-se devidamente provado que as premissas contidas na r. decisão, que deferiu a tutela antecipada e **TOLHEU A LIBERDA DE EXPRESSÃO DO RECLAMANTE**, se fundaram em premissas notadamente equivocadas, na medida em que o balanço positivo do primeiro trimestre do ano afasta abruptamente qualquer suspeita de que as postagens do Reclamante gerou “insegurança nos correntistas, empregados e investidores da instituição financeira”.

- Portanto, diante dessa breve contextualização dos motivos que levaram Sua Excelência, o i. juízo da 9ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, a proferir a r. decisão, ora reclamada, é possível concluir pela **CENSURA DE UM EX-EMPREGADO, PROFISSIONAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, SINDICALISTA, EX-OCUPANTE DE CARGOS IMPORTANTES, TANTO NA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, QUANTO NAS ENTIDADES DE REPRESENTAÇÃO DOS EMPREGADOS, QUAL SEJA, A FENAE, bem como IMUNIZOU O PRESIDENTE DA INSTITUIÇÃO, BEM COMO A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF, PESSOAS NOTADAMENTE PÚBLICAS, DE EVENTUAIS CRÍTICAS EM RELAÇÃO À CONDUÇÃO DA EMPRESA.**

- Ocorre que, conforme se demonstrará no tópico posterior, tal decisão fora proferida em diametral desconformidade com o conteúdo jurisprudencial deste E.STF que: I – **TEM A LIBERDADE DE EXPRESSÃO DO PENSAMENTO COMO UM DOS PRINCIPAIS PILARES DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO**; II – **VEDA EXPRESSAMENTE A IMUNIZAÇÃO DE PESSOAS NOTADAMENTE PÚBLICAS ÀS EVENTUAIS CRÍTICAS DE DIVERSOS SETORES DA SOCIEDADE**; III – **A R. DECISÃO**, ora

reclamada, **AFRONTA DIAMETRALMENTE os CONTEÚDOS DISPOSTOS NOS AUTOS DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº. 4.451, NOS AUTOS DA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL Nº. 130, NOS AUTOS DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº. 2.566, E, AINDA, NOS AUTOS DA RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL Nº. 22.328.**

III– DO DIREITO FUNDAMENTAL À LIBERDADE DE EXPRESSÃO DO PENSAMENTO. DA VIOLAÇÃO AO ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL DESTE E.STF

- Inicialmente, é importante esclarecer que a liberdade de expressão do pensamento é um elemento que visa concretizar a dignidade da pessoa humana, e, ainda, em outra perspectiva, trata-se de um dos pilares de uma democracia, do estado de direito e do desenvolvimento de um Estado que busca concretizar as liberdades fundamentais conclamadas no texto contitucional.

- Na Constituição Federal de 1988, a liberdade de expressão do pensamento encontra-se disposta no art. 5º, IV, da Carta, cuja redação é a seguinte:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

- Muito embora a liberdade de expressão se pareça com algo básico, **TRATA-SE DE UM DIREITO FUNDAMENTAL DE ENVERGADURA EXTREMA EM UM ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO**, eis que revela uma **BARREIRA INTRANSPONÍVEL DE**

PROTEÇÃO AOS CIDADÃOS E AO ESTADO DE SOPROS AUTORITÁRIOS, porquanto NÃO HÁ DEMOCRACIA, SEM LIBERDADE DE EXPRESSÃO, sobretudo, A LIBERDADE DE EXPRESSÃO DE CRITICAR DETERMINADOS ATOS, POSIÇÕES, ENTENDIMENTOS, DOS PODERES E DAS INÚMERAS INSTITUIÇÕES QUE REPRESENTAM O ESTADO.

- Nesse sentido, pede-se licença à Vossa Excelência para esclarecer o magistério dos **PROFESSORES GILMAR MENDES E PAULO GUSTAVO GONET BRANCO**. Veja-se:

“A par disso tudo, a restrição ao direito de se expressar livremente representa um exercício de violência, por parte de quem promove a censura, seja o Estado ou o próximo, na medida em que viola a abrangência totalizante da dignidade da pessoa humana, visto que a liberdade propugna pela auto-realização da pessoa humana”. (MENDES; COELHO; BRANCO, 2008, p. 359).

- A Constituição de 1988, rompendo com o passado marcado pelo autoritarismo retetido nas normas das Constituições de 1967 e da Emenda Constitucional nº 01/69, assumiu compromisso com a liberdade efetiva (artigos 3º e 5º da Lei Maior) e a democracia (CRFB/88, artigo 1º, caput), consagrando a ampla liberdade de expressão e manifestação do pensamento. **A CONSTITUIÇÃO NÃO APENAS RECONHECEU A LIBERDADE DE COMUNICAÇÃO, MAS A IMUNIZOU CONTRA A CENSURA, CONDUTA PRATICADA NO REGIME ANTERIOR.**

- Para além do art. 5º, IV, é necessário verificar, outrossim, o art. 220, e seus parágrafos, todos da Constituição Federal de 1988. Veja-se:

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir

embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

- Com efeito, as premissas contidas na r. decisão, ora reclamada, possuem o **CLARO O INTUITO DE: I – CENSURAR UM EX-EMPREGADO, PROFISSIONAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E IMPRENSA, SINDICALISTA, EX-OCUPANTE DE CARGOS IMPORTANTES, TANTO NA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, QUANTO NAS ENTIDADES DE REPRESENTAÇÃO DOS EMPREGADOS, QUAL SEJA, A FENAE; II – IMUNIZAR O PRESIDENTE DE EVENTUAIS CRÍTICAS EM RELAÇÃO À CONDUÇÃO DA EMPRESA PELA QUAL O RECLAMANTE TANTO PREZA E DEFENDE.**

- Com o devido respeito e novamente contando com os *doutos* suprimientos de Vossa Excelência, é preciso afirmar que os motivos ensejadores do ajuizamento da ação, bem como **O DEFERIMENTO MEDIDA LIMINAR POR MEIO DA DA R. DECISÃO, ORA RECLAMADA, NÃO ENCONTRAM GUARIDA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.**

- Como se sabe, **NÃO DIREITO FUNDAMENTAL ABSOLUTO** e, **EMBORA NÃO HAJA HIERARQUIA ENTRE OS DIREITOS FUNDAMENTAIS, TEM-SE A NECESSIDADE DE HARMONIZÁ-LOS.** Ou seja, o direito à liberdade de expressão dos indivíduos deve ser harmonizado à luz de outros direitos fundamentais, como por exemplo, à intimidade, à privacidade e à honra de outrem.

- Contudo, a baliza jurisprudencial do E. STF, do E.STJ, dos E. Tribunais de Justiça e dos E. Tribunais Regionais Federais, **É A DE QUE AS PESSOAS NOTADAMENTE PÚBLICAS ESTÃO SUSCETÍVEIS A AVALIAÇÕES, CRÍTICAS E EXPOSIÇÕES, TANTO DA**

SOCIEDADE CIVIL, QUANTO DOS VEÍCULOS MIDIÁTICOS. Ora, com o devido respeito, é natural que o Presidente de uma instituição financeira, como a Caixa Econômica Federal, esteja sujeito às críticas e, portanto, **O SEU DIREITO FUNDAMENTAL À INTIMIDADE, À PRIVACIDADE E À HONRA DEVEM SER TUTELADOS EM MENOR EXTENSÃO EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS NÃO PÚBLICAS.**

- Com efeito, **A FIM DE PROVAR A ADEQUAÇÃO DA PRESENTE RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL AOS PRECEDENTES DESTES EGRÉGIO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**, pede-se licença à Vossa Excelência para consignar a ementa do julgamento proferido nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº. 4.451, recentemente julgada e relatada pelo Eminente Ministro Alexandre de Moraes, cuja ementa é a seguinte:

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E PLURALISMO DE IDEIAS. VALORES ESTRUTURANTES DO SISTEMA DEMOCRÁTICO. INCONSTITUCIONALIDADE DE DISPOSITIVOS NORMATIVOS QUE ESTABELECEM PREVISÃO INGERÊNCIA ESTATAL NO DIREITO DE CRITICAR DURANTE O PROCESSO ELEITORAL. PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL AS MANIFESTAÇÕES DE OPINIÕES DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E A LIBERDADE DE CRIAÇÃO HUMORÍSTICA.

1. A Democracia não existirá e a livre participação política não florescerá onde a liberdade de expressão for ceifada, pois esta constitui condição essencial ao pluralismo de ideias, que por sua vez é um valor estruturante para o salutar funcionamento do sistema democrático.

2. A livre discussão, a ampla participação política e o princípio democrático estão interligados com a liberdade de expressão, tendo por objeto não somente a proteção de pensamentos e ideias, mas também opiniões, crenças, realização de juízo de

valor e críticas a agentes públicos, no sentido de garantir a real participação dos cidadãos na vida coletiva.

3. São inconstitucionais os dispositivos legais que tenham a nítida finalidade de controlar ou mesmo aniquilar a força do pensamento crítico, indispensável ao regime democrático. Impossibilidade de restrição, subordinação ou forçosa adequação programática da liberdade de expressão a mandamentos normativos cerceadores durante o período eleitoral.

4. Tanto a liberdade de expressão quanto a participação política em uma Democracia representativa somente se fortalecem em um ambiente de total visibilidade e possibilidade de exposição crítica das mais variadas opiniões sobre os governantes.

5. O direito fundamental à liberdade de expressão não se direciona somente a proteger as opiniões supostamente verdadeiras, admiráveis ou convencionais, mas também aquelas que são duvidosas, exageradas, condenáveis, satíricas, humorísticas, bem como as não compartilhadas pelas maiorias. Ressalte-se que, mesmo as declarações errôneas, estão sob a guarda dessa garantia constitucional.

6. Ação procedente para declarar a inconstitucionalidade dos incisos II e III (na parte impugnada) do artigo 45 da Lei 9.504/1997, bem como, por arrastamento, dos parágrafos 4º e 5º do referido artigo.

(ADI 4451, Relator(a): Min. ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 21/06/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-044 DIVULG 01-03-2019 PUBLIC 06-03-2019)

- Não obstante o julgamento, acima mencionado, tratar-se da liberdade dos meio de comunicação de criticarem os *players* do processo eleitoral com o viés humorístico, **A EMENTA DESSE JULGADO, OUTROSSIM, TRAZ BALIZAS IMPORTANTES A RESPEITO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO, NÃO SÓ DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO, MAS TAMBÉM DOS CIDADÃOS ENQUANTO SUJEITOS CONTROLADORES DAS ATIVIDADES ESTATAIS.**

- Sua Excelência, o Ministro Alexandre de Moraes, apregoa na ementa que **“A DEMOCRACIA NÃO EXISTIRÁ E A LIVRE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NÃO FLORESCERÁ ONDE A LIBERDADE DE EXPRESSÃO FOR CEIFADA, POIS ESTA CONSTITUI CONDIÇÃO ESSENCIAL AO PLURALISMO DE IDEIAS, QUE POR SUA VEZ É UM VALOR ESTRUTURANTE PARA O SALUTAR FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DEMOCRÁTICO. A LIVRE DISCUSSÃO, A AMPLA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E O PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO ESTÃO INTERLIGADOS COM A LIBERDADE DE EXPRESSÃO, TENDO POR OBJETO NÃO SOMENTE A PROTEÇÃO DE PENSAMENTOS E IDEIAS, MAS TAMBÉM OPINIÕES, CRENÇAS, REALIZAÇÃO DE JUÍZO DE VALOR E CRÍTICAS A AGENTES PÚBLICOS, NO SENTIDO DE GARANTIR A REAL PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS NA VIDA COLETIVA”**.

- Portanto, com o devido respeito e novamente contando com os *doutos* suprimimento de Vossa Excelência, **É POSSÍVEL CONCLUIR QUE, NO MÁXIMO, O RECLAMANTE SE UTILIZA DO SEU DIREITO FUNDAMENTAL PARA, DE FATO, CRITICAR ALGUNS ATOS DE GESTÃO E/OU POSIÇÕES POLÍTICAS DO PRESIDENTE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. PORÉM, É INCONCEBÍVEL HAVER QUALQUER CENSURA, INCLUSIVE POR MEIO DE DECISÃO JUDICIAL, EIS QUE AS CRÍTICAS SÃO INERENTES ÀS PESSOAS NOTADAMENTE PÚBLICA, SOBRETUDO, AS REPRESENTANTES DAS INSTITUIÇÕES DO ESTADO.**

- Logo, com a devida vênia, **NÃO É POSSÍVEL FULMINAR O DIREITO FUNDAMENTAL DO RECLAMANTE DE SE PRONUNCIAR NAS SUAS REDES SOCIAIS E/OU EM QUALQUER VEÍCULO SOBRE OS ATOS DE GESTÃO E/OU POSIÇÕES POLÍTICAS DOS REQUERENTES.**

- Noutro giro, é de se esclarecer, ainda, que a r. decisão, proferida

pelo i. juízo da 9ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, violou frontalmente o conteúdo disposto na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº. 130, cuja ementa é a seguinte:

EMENTA: ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL (ADPF). LEI DE IMPRENSA. ADEQUAÇÃO DA AÇÃO. REGIME CONSTITUCIONAL DA "LIBERDADE DE INFORMAÇÃO JORNALÍSTICA", EXPRESSÃO SINÔNIMA DE LIBERDADE DE IMPRENSA. A "PLENA" LIBERDADE DE IMPRENSA COMO CATEGORIA JURÍDICA PROIBITIVA DE QUALQUER TIPO DE CENSURA PRÉVIA. A PLENITUDE DA LIBERDADE DE IMPRENSA COMO REFORÇO OU SOBRETUTELA DAS LIBERDADES DE MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO, DE INFORMAÇÃO E DE EXPRESSÃO ARTÍSTICA, CIENTÍFICA, INTELECTUAL E COMUNICACIONAL. LIBERDADES QUE DÃO CONTEÚDO ÀS RELAÇÕES DE IMPRENSA E QUE SE PÕEM COMO SUPERIORES BENS DE PERSONALIDADE E MAIS DIRETA EMANAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. O CAPÍTULO CONSTITUCIONAL DA COMUNICAÇÃO SOCIAL COMO SEGMENTO PROLONGADOR DAS LIBERDADES DE MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO, DE INFORMAÇÃO E DE EXPRESSÃO ARTÍSTICA, CIENTÍFICA, INTELECTUAL E COMUNICACIONAL. TRANSPASSE DA FUNDAMENTALIDADE DOS DIREITOS PROLONGADOS AO CAPÍTULO PROLONGADOR. PONDERAÇÃO DIRETAMENTE CONSTITUCIONAL ENTRE BLOCOS DE BENS DE PERSONALIDADE: O BLOCO DOS DIREITOS QUE DÃO CONTEÚDO À LIBERDADE DE IMPRENSA E O BLOCO DOS DIREITOS À IMAGEM, HONRA, INTIMIDADE E VIDA PRIVADA. PRECEDÊNCIA DO

PRIMEIRO BLOCO. INCIDÊNCIA A POSTERIORI DO SEGUNDO BLOCO DE DIREITOS, PARA O EFEITO DE ASSEGURAR O DIREITO DE RESPOSTA E ASSENTAR RESPONSABILIDADES PENAL, CIVIL E ADMINISTRATIVA, ENTRE OUTRAS CONSEQUÊNCIAS DO PLENO GOZO DA LIBERDADE DE IMPRENSA. PECULIAR FÓRMULA CONSTITUCIONAL DE PROTEÇÃO A INTERESSES PRIVADOS QUE, MESMO INCIDINDO A POSTERIORI, ATUA SOBRE AS CAUSAS PARA INIBIR ABUSOS POR PARTE DA IMPRENSA. **PROPORCIONALIDADE ENTRE LIBERDADE DE IMPRENSA E RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS MORAIS E MATERIAIS A TERCEIROS.** RELAÇÃO DE MÚTUA CAUSALIDADE ENTRE LIBERDADE DE IMPRENSA E DEMOCRACIA. RELAÇÃO DE INERÊNCIA ENTRE PENSAMENTO CRÍTICO E IMPRENSA LIVRE. A IMPRENSA COMO INSTÂNCIA NATURAL DE FORMAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA E COMO ALTERNATIVA À VERSÃO OFICIAL DOS FATOS. PROIBIÇÃO DE MONOPOLIZAR OU OLIGOPOLIZAR ÓRGÃOS DE IMPRENSA COMO NOVO E AUTÔNOMO FATOR DE INIBIÇÃO DE ABUSOS. NÚCLEO DA LIBERDADE DE IMPRENSA E MATÉRIAS APENAS PERIFERICAMENTE DE IMPRENSA. AUTORREGULAÇÃO E REGULAÇÃO SOCIAL DA ATIVIDADE DE IMPRENSA. NÃO RECEPÇÃO EM BLOCO DA LEI Nº 5.250/1967 PELA NOVA ORDEM CONSTITUCIONAL. EFEITOS JURÍDICOS DA DECISÃO. PROCEDÊNCIA DA AÇÃO. 1. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL (ADPF). LEI DE IMPRENSA. ADEQUAÇÃO DA AÇÃO. A ADPF, fórmula processual subsidiária do controle concentrado de constitucionalidade, é via adequada à impugnação de norma pré-constitucional. Situação de concreta ambiência jurisdicional timbrada por decisões conflitantes.

Atendimento das condições da ação. **2. REGIME CONSTITUCIONAL DA LIBERDADE DE IMPRENSA COMO REFORÇO DAS LIBERDADES DE MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO, DE INFORMAÇÃO E DE EXPRESSÃO EM SENTIDO GENÉRICO, DE MODO A ABARCAR OS DIREITOS À PRODUÇÃO INTELECTUAL, ARTÍSTICA, CIENTÍFICA E COMUNICACIONAL.** A Constituição reservou à imprensa todo um bloco normativo, com o apropriado nome "Da Comunicação Social" (capítulo V do título VIII). A imprensa como plexo ou conjunto de "atividades" ganha a dimensão de instituição-ideia, de modo a poder influenciar cada pessoa de per se e até mesmo formar o que se convencionou chamar de **opinião pública**. Pelo que ela, Constituição, destinou à imprensa o direito de controlar e revelar as coisas respeitantes à vida do Estado e da própria sociedade. A imprensa como alternativa à explicação ou versão estatal de tudo que possa repercutir no seio da sociedade e como garantido espaço de irrupção do pensamento crítico em qualquer situação ou contingência. **Entendendo-se por pensamento crítico o que, plenamente comprometido com a verdade ou essência das coisas, se dota de potencial emancipatório de mentes e espíritos.** O corpo normativo da Constituição brasileira sinonimiza liberdade de informação jornalística e liberdade de imprensa, **rechaçante de qualquer censura prévia a um direito que é signo e penhor da mais encarecida dignidade da pessoa humana, assim como do mais evoluído estado de civilização.** **3. O CAPÍTULO CONSTITUCIONAL DA COMUNICAÇÃO SOCIAL COMO SEGMENTO PROLONGADOR DE SUPERIORES BENS DE PERSONALIDADE QUE SÃO A MAIS DIRETA EMANAÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA: A LIVRE MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO E O DIREITO À INFORMAÇÃO E À EXPRESSÃO ARTÍSTICA, CIENTÍFICA, INTELECTUAL E COMUNICACIONAL. TRANSPASSE DA**

**NATUREZA JURÍDICA DOS DIREITOS
PROLONGADOS AO CAPÍTULO
CONSTITUCIONAL SOBRE A COMUNICAÇÃO**

SOCIAL. O art. 220 da Constituição radicaliza e alarga o regime de plena liberdade de atuação da imprensa, porquanto fala: **a) que os mencionados direitos de personalidade (liberdade de pensamento, criação, expressão e informação) estão a salvo de qualquer restrição em seu exercício, seja qual for o suporte físico ou tecnológico de sua veiculação; b) que tal exercício não se sujeita a outras disposições que não sejam as figurantes dela própria, Constituição.** A liberdade de informação jornalística é versada pela Constituição Federal como expressão sinônima de liberdade de imprensa. Os direitos que dão conteúdo à liberdade de imprensa são bens de personalidade que se qualificam como sobredireitos. Daí que, no limite, as relações de imprensa e as relações de intimidade, vida privada, imagem e honra são de mútua exclusão, no sentido de que as primeiras se antecipam, no tempo, às segundas; ou seja, antes de tudo prevalecem as relações de imprensa como superiores bens jurídicos e natural forma de controle social sobre o poder do Estado, sobrevivendo as demais relações como eventual responsabilização ou consequência do pleno gozo das primeiras. A expressão constitucional "observado o disposto nesta Constituição" (parte final do art. 220) traduz a incidência dos dispositivos tutelares de outros bens de personalidade, é certo, mas como consequência ou responsabilização pelo desfrute da "plena liberdade de informação jornalística" (§ 1º do mesmo art. 220 da Constituição Federal). **Não há liberdade de imprensa pela metade ou sob as tenazes da censura prévia, inclusive a procedente do Poder Judiciário, pena de se resvalar para o espaço inconstitucional da prestidigitação jurídica.** Silenciando a Constituição quanto ao regime da internet (rede mundial de computadores), não há como se lhe recusar a qualificação de território virtual livremente veiculador de ideias e opiniões, debates, notícias e tudo o mais que signifique plenitude de comunicação. 4. MECANISMO CONSTITUCIONAL

DE CALIBRAÇÃO DE PRINCÍPIOS. O art. 220 é de instantânea observância quanto ao desfrute das liberdades de pensamento, criação, expressão e informação que, de alguma forma, se veiculem pelos órgãos de comunicação social. Isto sem prejuízo da aplicabilidade dos seguintes incisos do art. 5º da mesma Constituição Federal: vedação do anonimato (parte final do inciso IV); do direito de resposta (inciso V); direito a indenização por dano material ou moral à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas (inciso X); livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer (inciso XIII); direito ao resguardo do sigilo da fonte de informação, quando necessário ao exercício profissional (inciso XIV). Lógica diretamente constitucional de calibração temporal ou cronológica na empírica incidência desses dois blocos de dispositivos constitucionais (o art. 220 e os mencionados incisos do art. 5º). Noutros termos, primeiramente, assegura-se o gozo dos sobredireitos de personalidade em que se traduz a "livre" e "plena" manifestação do pensamento, da criação e da informação. Somente depois é que se passa a cobrar do titular de tais situações jurídicas ativas um eventual desrespeito a direitos constitucionais alheios, ainda que também densificadores da personalidade humana. Determinação constitucional de momentânea paralisia à inviolabilidade de certas categorias de direitos subjetivos fundamentais, porquanto a cabeça do art. 220 da Constituição veda qualquer cerceio ou restrição à concreta manifestação do pensamento (vedado o anonimato), bem assim todo cerceio ou restrição que tenha por objeto a criação, a expressão e a informação, seja qual for a forma, o processo, ou o veículo de comunicação social. Com o que a Lei Fundamental do Brasil veicula o mais democrático e civilizado regime da livre e plena circulação das ideias e opiniões, assim como das notícias e informações, mas sem deixar de prescrever o direito de resposta e todo um regime de responsabilidades civis, penais e administrativas. Direito de resposta e responsabilidades que, mesmo atuando a posteriori, infletem sobre as causas para inibir abusos no desfrute da plenitude de liberdade de imprensa. 5.

PROPORCIONALIDADE ENTRE LIBERDADE DE IMPRENSA E RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. Sem embargo, a excessividade indenizatória é, em si mesma, poderoso fator de inibição da liberdade de imprensa, em violação ao princípio constitucional da proporcionalidade. A relação de proporcionalidade entre o dano moral ou material sofrido por alguém e a indenização que lhe caiba receber (quanto maior o dano maior a indenização) opera é no âmbito interno da potencialidade da ofensa e da concreta situação do ofendido. Nada tendo a ver com essa equação a circunstância em si da veiculação do agravo por órgão de imprensa, porque, senão, a liberdade de informação jornalística deixaria de ser um elemento de expansão e de robustez da liberdade de pensamento e de expressão lato sensu para se tornar um fator de contração e de esqualidez dessa liberdade. Em se tratando de agente público, ainda que injustamente ofendido em sua honra e imagem, subjaz à indenização uma imperiosa cláusula de modicidade. Isto porque todo agente público está sob permanente vigília da cidadania. E quando o agente estatal não prima por todas as aparências de legalidade e legitimidade no seu atuar oficial, atrai contra si mais fortes suspeitas de um comportamento antijurídico francamente sindicável pelos cidadãos.

6. RELAÇÃO DE MÚTUA CAUSALIDADE ENTRE LIBERDADE DE IMPRENSA E DEMOCRACIA. A plena liberdade de imprensa é um patrimônio imaterial que corresponde ao mais eloquente atestado de evolução político-cultural de todo um povo. Pelo seu reconhecido condão de vitalizar por muitos modos a Constituição, tirando-a mais vezes do papel, a Imprensa passa a manter com a democracia a mais entranhada relação de mútua dependência ou retroalimentação. Assim visualizada como verdadeira irmã siamesa da democracia, a imprensa passa a desfrutar de uma liberdade de atuação ainda maior que a liberdade de pensamento, de informação e de expressão dos indivíduos em si mesmos considerados. O § 5º do art. 220 apresenta-se como norma constitucional de concretização de um pluralismo finalmente compreendido como fundamento das sociedades autenticamente democráticas; isto é, o

pluralismo como a virtude democrática da respeitosa convivência dos contrários. A imprensa livre é, ela mesma, plural, devido a que são constitucionalmente proibidas a oligopolização e a monopolização do setor (§ 5º do art. 220 da CF). A proibição do monopólio e do oligopólio como novo e autônomo fator de contenção de abusos do chamado "poder social da imprensa". 7. RELAÇÃO DE INERÊNCIA ENTRE PENSAMENTO CRÍTICO E IMPRENSA LIVRE. A IMPRENSA COMO INSTÂNCIA NATURAL DE FORMAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA E COMO ALTERNATIVA À VERSÃO OFICIAL DOS FATOS. O pensamento crítico é parte integrante da informação plena e fidedigna. O possível conteúdo socialmente útil da obra compensa eventuais excessos de estilo e da própria verve do autor. O exercício concreto da liberdade de imprensa assegura ao jornalista o direito de expender críticas a qualquer pessoa, ainda que em tom áspero ou contundente, especialmente contra as autoridades e os agentes do Estado. A crítica jornalística, pela sua relação de inerência com o interesse público, não é aprioristicamente suscetível de censura, mesmo que legislativa ou judicialmente intentada. O próprio das atividades de imprensa é operar como formadora de opinião pública, espaço natural do pensamento crítico e "real alternativa à versão oficial dos fatos" (Deputado Federal Miro Teixeira). 8. NÚCLEO DURO DA LIBERDADE DE IMPRENSA E A INTERDIÇÃO PARCIAL DE LEGISLAR. A uma atividade que já era "livre" (incisos IV e IX do art. 5º), a Constituição Federal acrescentou o qualificativo de "plena" (§ 1º do art. 220). Liberdade plena que, repelente de qualquer censura prévia, diz respeito à essência mesma do jornalismo (o chamado "núcleo duro" da atividade). Assim entendidas as coordenadas de tempo e de conteúdo da manifestação do pensamento, da informação e da criação lato sensu, sem o que não se tem o desembaraçado trânsito das ideias e opiniões, tanto quanto da informação e da criação. Interdição à lei quanto às matérias nuclearmente de imprensa, retratadas no tempo de início e de duração do concreto exercício da liberdade, assim como de sua extensão ou tamanho do seu conteúdo.

Tirante, unicamente, as restrições que a Lei Fundamental de 1988 prevê para o "estado de sítio" (art. 139), o Poder Público somente pode dispor sobre matérias lateral ou reflexamente de imprensa, respeitada sempre a ideia-força de que quem quer que seja tem o direito de dizer o que quer que seja. Logo, não cabe ao Estado, por qualquer dos seus órgãos, definir previamente o que pode ou o que não pode ser dito por indivíduos e jornalistas. As matérias reflexamente de imprensa, suscetíveis, portanto, de conformação legislativa, são as indicadas pela própria Constituição, tais como: direitos de resposta e de indenização, proporcionais ao agravo; proteção do sigilo da fonte ("quando necessário ao exercício profissional"); responsabilidade penal por calúnia, injúria e difamação; diversões e espetáculos públicos; estabelecimento dos "meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no art. 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente" (inciso II do § 3º do art. 220 da CF); independência e proteção remuneratória dos profissionais de imprensa como elementos de sua própria qualificação técnica (inciso XIII do art. 5º); participação do capital estrangeiro nas empresas de comunicação social (§ 4º do art. 222 da CF); composição e funcionamento do Conselho de Comunicação Social (art. 224 da Constituição). Regulações estatais que, sobretudo incidindo no plano das consequências ou responsabilizações, repercutem sobre as causas de ofensas pessoais para inibir o cometimento dos abusos de imprensa. Peculiar fórmula constitucional de proteção de interesses privados em face de eventuais descomedimentos da imprensa (justa preocupação do Ministro Gilmar Mendes), mas sem prejuízo da ordem de precedência a esta conferida, segundo a lógica elementar de que não é pelo temor do abuso que se vai coibir o uso. Ou, nas palavras do Ministro Celso de Mello, "a censura governamental, emanada de qualquer um dos três Poderes, é a expressão odiosa da face autoritária do poder público". 9. AUTORREGULAÇÃO E REGULAÇÃO

SOCIAL DA ATIVIDADE DE IMPRENSA. É da lógica encampada pela nossa Constituição de 1988 a autorregulação da imprensa como mecanismo de permanente ajuste de limites da sua liberdade ao sentir-pensar da sociedade civil. Os padrões de seletividade do próprio corpo social operam como antídoto que o tempo não cessa de aprimorar contra os abusos e desvios jornalísticos. Do dever de irrestrito apego à completude e fidedignidade das informações comunicadas ao público decorre a permanente conciliação entre liberdade e responsabilidade da imprensa. Repita-se: não é jamais pelo temor do abuso que se vai proibir o uso de uma liberdade de informação a que o próprio Texto Magno do País após o rótulo de "plena" (§ 1 do art. 220). 10. NÃO RECEPÇÃO EM BLOCO DA LEI 5.250 PELA NOVA ORDEM CONSTITUCIONAL. 10.1. Óbice lógico à confecção de uma lei de imprensa que se orne de compleição estatutária ou orgânica. A própria Constituição, quando o quis, convocou o legislador de segundo escalão para o aporte regratório da parte restante de seus dispositivos (art. 29, art. 93 e § 5º do art. 128). São irregulamentáveis os bens de personalidade que se põem como o próprio conteúdo ou substrato da liberdade de informação jornalística, por se tratar de bens jurídicos que têm na própria interdição da prévia interferência do Estado o seu modo natural, cabal e ininterrupto de incidir. Vontade normativa que, em tema elementarmente de imprensa, surge e se exaure no próprio texto da Lei Suprema. 10.2. Incompatibilidade material insuperável entre a Lei nº 5.250/67 e a Constituição de 1988. Impossibilidade de conciliação que, sobre ser do tipo material ou de substância (vertical), contamina toda a Lei de Imprensa: a) quanto ao seu entrelace de comandos, a serviço da prestidigitadora lógica de que para cada regra geral afirmativa da liberdade é aberto um leque de exceções que praticamente tudo desfaz; b) quanto ao seu inescondível efeito prático de ir além de um simples projeto de governo para alcançar a realização de um projeto de poder, este a se eternizar no tempo e a sufocar todo pensamento crítico no País. 10.3 São de todo imprestáveis as tentativas de conciliação hermenêutica da

Lei 5.250/67 com a Constituição, seja mediante expurgo puro e simples de destacados dispositivos da lei, seja mediante o emprego dessa refinada técnica de controle de constitucionalidade que atende pelo nome de "interpretação conforme a Constituição". A técnica da interpretação conforme não pode artificializar ou forçar a descontaminação da parte restante do diploma legal interpretado, pena de descabido incursionamento do intérprete em legiferação por conta própria. Inapartabilidade de conteúdo, de fins e de viés semântico (linhas e entrelinhas) do texto interpretado. Caso-limite de interpretação necessariamente conglobante ou por arrastamento teleológico, a pré-excluir do intérprete/aplicador do Direito qualquer possibilidade de declaração de inconstitucionalidade apenas de determinados dispositivos da lei sindicada, mas permanecendo incólume uma parte sobejante que já não tem significado autônomo. Não se muda, a golpes de interpretação, nem a inextrincabilidade de comandos nem as finalidades da norma interpretada. Impossibilidade de se preservar, após artificiosa hermenêutica de depuração, a coerência ou o equilíbrio interno de uma lei (a Lei federal nº 5.250/67) que foi ideologicamente concebida e normativamente apetrechada para operar em bloco ou como um todo pro indiviso. 11. EFEITOS JURÍDICOS DA DECISÃO. Aplicam-se as normas da legislação comum, notadamente o Código Civil, o Código Penal, o Código de Processo Civil e o Código de Processo Penal às causas decorrentes das relações de imprensa. O direito de resposta, que se manifesta como ação de replicar ou de retificar matéria publicada é exercitável por parte daquele que se vê ofendido em sua honra objetiva, ou então subjetiva, conforme estampado no inciso V do art. 5º da Constituição Federal. Norma, essa, "de eficácia plena e de aplicabilidade imediata", conforme classificação de José Afonso da Silva. "Norma de pronta aplicação", na linguagem de Celso Ribeiro Bastos e Carlos Ayres Britto, em obra doutrinária conjunta. 12. PROCEDÊNCIA DA AÇÃO. Total procedência da ADPF, para o efeito de declarar como não recepcionado pela Constituição de 1988 todo o conjunto de dispositivos da Lei federal nº

5.250, de 9 de fevereiro de 1967.

(ADPF 130, Relator(a): Min. CARLOS BRITTO, Tribunal Pleno, julgado em 30/04/2009, DJe-208 DIVULG 05-11-2009 PUBLIC 06-11-2009 EMENT VOL-02381-01 PP-00001 RTJ VOL-00213-01 PP-00020)

- Como se sabe, a partir da visualização das balizas contidas no acórdão, acima descrito, **O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL ENTENDEU PELA IMPOSSIBILIDADE DE HAVER QUALQUER CENSURA PRÉVIA À LIBERDADE DE EXPRESSÃO** e, por consequência, à liberdade de imprensa, **VINCULANDO, INCLUSIVE, O PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO.**

- Nota-se, a partir do conteúdo disposto na ADPF nº. 130, que **NO NÚCLEO DE LIBERDADE DE IMPRENSA ESTÁ INSERIDA E PROTEGIDA, INCLUSIVE, A ATUAÇÃO DA LIBERDADE CRÍTICA, MESMO QUE DE TOM ÁSPERO, CONTUNDENTE E/OU JOCOSO**, porquanto tratam-se de autoridades, agentes e instituições públicas, representantes do Estado, gestora de recursos públicos.

- Segundo os termos dessa ADPF, em sintonia com o conteúdo disposto na Constituição Federal, esta Egrégia Corte **ENTENDEU POR GARANTIR O NÚCLEO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO, PORQUANTO, NÃO É POSSÍVEL SE FALAR QUE O PODER EMANA DO POVO SEM QUE O POVO TENHA GARANTIDAS AS LIBERDADES BÁSICAS, COMO POR EXEMPLO, A DE SE EXPRESSAR.**

- No caso presente caso, é possível perceber que o i. juízo da 9ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, **CENSUROU um PROFISSIONAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E IMPRESA**, um cidadão, **EX-EMPREGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL** que ocupou diversos cargos destacados na empresa, bem como na entidades de representação dos empregados, e, dessa forma, **IMUNIZOU** o Presidente da

Instituição Bancária de eventuais críticas aos seus atos de gestão.

- Portanto, com o devido respeito e novamente contando com os *doutos* suprimentos de Vossa Excelência, tal decisão, violou frontalmente o conteúdo externado por esta Egrégia Suprema Corte nos autos da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº. 130.

- É de se destacar, ainda, que o conteúdo da r. decisão, ora Reclamada, violou diametralmente o conteúdo disposto na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº. 2.566, cuja ementa é a seguinte:

Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DIREITO CONSTITUCIONAL. LEI N. 9.612/98. RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA. PROIBIÇÃO DO PROSELITISMO. INCONSTITUCIONALIDADE. PROCEDÊNCIA DA AÇÃO DIRETA. 1. **A liberdade de expressão representa tanto o direito de não ser arbitrariamente privado ou impedido de manifestar seu próprio pensamento quanto o direito coletivo de receber informações e de conhecer a expressão do pensamento alheio.** 2. **Por ser um instrumento para a garantia de outros direitos, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal reconhece a primazia da liberdade de expressão.** 3. A liberdade religiosa não é exercível apenas em privado, mas também no espaço público, e inclui o direito de tentar convencer os outros, por meio do ensinamento, a mudar de religião. O discurso proselitista é, pois, inerente à liberdade de expressão religiosa. Precedentes. 4. **A liberdade política pressupõe a livre manifestação do pensamento e a formulação de discurso persuasivo e o uso do argumentos críticos. Consenso e debate público informado pressupõem a livre troca de ideias e não apenas a divulgação de informações.** 5. **O artigo 220 da Constituição Federal expressamente consagra a liberdade de expressão sob qualquer forma, processo ou veículo, hipótese que inclui o serviço de radiodifusão comunitária.** 6. Viola a Constituição

Federal a proibição de veiculação de discurso proselitista em serviço de radiodifusão comunitária.

7. Ação direta julgada procedente. (ADI 2566, Relator(a): Min. ALEXANDRE DE MORAES, Relator(a) p/ Acórdão: Min. EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 16/05/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-225 DIVULG 22-10-2018 PUBLIC 23-10-2018)

- Em brilhante voto, Sua Excelência, o Eminentíssimo Ministro Alexandre de Moraes, afirmou **“CERTAMENTE, A GARANTIA CONSTITUCIONAL DA LIVRE MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO ASSEGURA AO INDIVÍDUO O DIREITO DE DECLARAR O QUE SE PASSA EM SEU INTELLECTO. DE FATO, QUALQUER CIDADÃO PODE TENTAR CONVENCER OUTREM DA CONSISTÊNCIA OU ACERTO DE SUAS POSTURAS MENTAIS, VALENDO-SE DO EXPEDIENTE DO CONVENCIMENTO, DIRIGIDO À RAZÃO, AO AUDITÓRIO UNIVERSAL, OU, AINDA, DA TÉCNICA DA PERSUAÇÃO, VOLTADA PARA OBTENÇÃO DE RESULTADOS IMEDIATOS NA MENTE DE PÚBLICO PARTICULAR”**.

- Prossegue, **“NA ORDEM CONSTITUCIONAL VIGENTE, OS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, ENQUANTO INSTRUMENTOS DO EXERCÍCIO DO DIREITO FUNDAMENTAL DA LIBERDADE DE IMPRENSA, GOZAM DE ESTATUTO DA MAIS AMPLA GARANTIA DE LIVRE ATUAÇÃO, SOBRETUDO CONTRA O SUPREMO EMBARAÇO, REPRESENTADO PELA CENSURA PRÉVIA, À LIBERDADE DE INFORMAÇÃO JORNALÍSTICA (art. 220, §§ 1º e 2º, CF). CENSURA, LOGO SE PERCEBE, É FENÔMENO QUE, NA SUA GÊNESE DE EXPERIÊNCIA PRÉJURÍDICA, CONFIGURA PRODUTO DE CLARA ORIENTAÇÃO POLÍTICO-IDEOLÓGICA AUTORITÁRIA, INCAPAZ, COMO TAL, DE CONVIVER COM A PLURALIDADE DE PENSAMENTOS E COM A LIVRE CIRCULAÇÃO DE IDEIAS,**

VISTAS AMBAS COMO LESIVAS OU PERIGOSAS À ESTABILIDADE DO PODER POLÍTICO DOMINANTE. SEU INGREDIENTE SUPRESSIVO E, NÃO RARO, TAMBÉM REPRESSIVO, CONSTITUI EXPRESSÃO DIRETA DA INTOLERÂNCIA AO PLURALISMO DAS VISÕES DO MUNDO E À SUA REFLEXÃO CRÍTICA”.

- Logo, não obstante o caso trata-se de da liberdade de expressão pelas rádios comunitárias, **ESTE ACÓRDÃO**, em sede de controle concentrado, **CARREGA IMPORTANTES BALIZAS QUE AMOLDAM-SE AO PRESENTE CASO, EIS QUE VEDA A CENSURA PRÉVIA E, AINDA, ENTENDE QUE NÃO É COMPATÍVEL INSTRUMENTOS DE CENSURA COM A LIBERDADE EXPRESSÃO E, POR CONSEQUÊNCIA, A LIBERDADE DE IMPRENSA.**

- Por fim, cumpre registrar a ementa da Reclamação Constitucional nº. 2.566, relatada pelo Eminentíssimo Ministro Roberto Barroso, cuja ementa é a seguinte:

Direito Constitucional. Agravo regimental em reclamação. Liberdade de expressão. Decisão judicial que determinou a retirada de matéria jornalística de sítio eletrônico. Afronta ao julgado na ADPF 130. Procedência. 1. **O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL TEM SIDO MAIS FLEXÍVEL NA ADMISSÃO DE RECLAMAÇÃO EM MATÉRIA DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO, EM RAZÃO DA PERSISTENTE VULNERAÇÃO DESSE DIREITO NA CULTURA BRASILEIRA, INCLUSIVE POR VIA JUDICIAL. 2. NO JULGAMENTO DA ADPF 130, O STF PROIBIU ENFATICAMENTE A CENSURA DE PUBLICAÇÕES JORNALÍSTICAS, BEM COMO TORNOU EXCEPCIONAL QUALQUER TIPO**

**DE INTERVENÇÃO ESTATAL NA
DIVULGAÇÃO DE NOTÍCIAS E DE OPINIÕES.**

**3. A LIBERDADE DE EXPRESSÃO DESFRUTA
DE UMA POSIÇÃO PREFERENCIAL NO
ESTADO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, POR
SER UMA PRÉ-CONDIÇÃO PARA O
EXERCÍCIO ESCLARECIDO DOS DEMAIS
DIREITOS E LIBERDADES.**

4. Eventual uso abusivo da liberdade de expressão deve ser reparado, preferencialmente, por meio de retificação, direito de resposta ou indenização. Ao determinar a retirada de matéria jornalística de sítio eletrônico de meio de comunicação, a decisão reclamada violou essa orientação.

5. Reclamação julgada procedente. (Rcl 22328, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 06/03/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-090 DIVULG 09-05-2018 PUBLIC 10-05-2018)

- Do conteúdo do voto, proferido por Sua Excelência, destaca-se que “nada obstante, **ESSA LINHA RESTRITIVA TEM SIDO EXCEPCIONADA JUSTAMENTE QUANDO ESTEJAM EM QUESTÃO TEMAS AFETOS À LIBERDADE DE EXPRESSÃO OU À LIBERDADE DE IMPRENSA.** Nesses casos, **INÚMERAS DECISÕES DO STF TÊM ADMITIDO RECLAMAÇÕES E DEFERIDO LIMINARES COM O PROPÓSITO DE ASSEGURAR O CONTEÚDO CONFERIDO PELA CORTE A TAIS DIREITOS,** mesmo quando a decisão reclamada não se baseia no mesmo ato declarado inconstitucional em sede concentrada. Nesse sentido: Rcls 18.638-MC e Rcl 18.687-DF, de minha relatoria; Rcls 18.735 e Rcl 18.746-MC, rel. Min. Gilmar Mendes; Rcl. 18.566-MC, rel. Min. Celso de Mello; Rcl 18.290, rel. Min. Luiz Fux; Rcl 16.434-MC, rel. Min. Rosa Weber, decisão proferida pelo Min. Ricardo Lewandowski, no exercício da Presidência; Rcl 18.186-MC, rel. Min. Cármen Lúcia, decisão proferida pelo Min. Ricardo Lewandowski, no exercício da

Presidência; Rcl 11.292-MC, rel. Min. Joaquim Barbosa”.

- “Essas decisões são indicativas da relevância da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa para o sistema constitucional, na medida em que constituem pré-condições para o exercício de outros direitos e liberdades, bem como para o adequado funcionamento do processo democrático. Não é difícil explicar a razão. A liberdade de expressão ainda não se tornou uma ideia suficientemente enraizada na cultura do Poder Judiciário de uma maneira geral. Não sem sobressalto, assiste-se à rotineira providência de juízes e tribunais no sentido de proibirem ou suspenderem a divulgação de notícias e opiniões, num “ativismo antiliberal” que precisa ser contido”.

- “A Carta de 88 incorporou um sistema de proteção reforçado às liberdades de expressão, informação e imprensa, reconhecendo uma prioridade *prima facie* destas liberdades públicas na colisão com outros interesses juridicamente tutelados, inclusive com os direitos da personalidade. Assim, embora não haja hierarquia entre direitos fundamentais, tais liberdades possuem uma posição preferencial (*preferred position*)”.

- Logo, é de se destacar que **O CONTEÚDO EXARADO NA RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL**, acima decrita, **AMOLDA-SE INTEGRALMENTE AO PRESENTE CASO**, tendo em vista que o i. juízo da 9ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal **TOLHEU A LIBERDADE DE EXPRESSÃO DO ORA RECLAMANTE E IMUNIZOU O PRESIDENTE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF, E A PRÓPRIA EMPRESA, DE EVENTUAIS CRÍTICAS A DETERMINADOS ATOS DE GESTÃO. O que denota clara afronta ao conteúdo da Constituição Federal de 1988, bem COMO AO ENTENDIMENTO QUE ESTE EGRÉGIO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL REAFIRMA AMIÚDE NO SENTIDO DE PRIVILEGIAR A LIBERDADE DE EXPRESSÃO SEM CENSURA PRÉVIA.**

- Portanto, com o devido respeito, o Reclamante, **A FIM DE RESGUARDAR O SEU DIREITO FUNDAMENTAL À LIBERDADE**

DE EXPRESSÃO, sobretudo, levando em consideração a autoridade das decisões judiciais desta Suprema Corte, em sede de controle de constitucionalidade, expostas a partir da ADI nº. 4.451, ADPF nº. 130, ADI nº. 2.566 e da RCL nº. 22.328, acima mencionados, **NÃO VIMLUMBRA OUTRA ALTERNATIVA SENÃO JULGAMENTO PROCEDENTE DA PRESENTE RECLAMAÇÃO PARA CESSAR OS EFEITOS DA R. DECISÃO, QUE, SOBRE PREMISSAS NOTADAMENTE EQUIVOCADAS, DEFERIU A TUTELA ANTECIPADA PARA DETERMINAR QUE O RECLAMANTE SE ABSTENHA DE PUBLICAR “ATOS (IMAGENS, FOTOS, VÍDEOS, MENSAGENS DE TEXTO, ETC) QUE A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, BEM COMO O SEU PRESIDENTE, POSSAM SE SENTIR DENEGRIDOS.**

IV – DA NECESSIDADE DE DEFERIMENTO DA MEDIDA CAUTELAR

- Com o devido respeito à Vossa Excelência, **O RECLAMANTE ENTENDE PELA NECESSIDADE DE SER DEFERIDA A MEDIDA CAUTELAR PARA, DESDE LOGO, CESSAR OS EFEITOS DA R. DECISÃO LIMINAR, ORA RECLAMADA, PORQUANTO A DECISÃO SE FUNDOU EM PREMISSAS DESCONTEXTUALIZADAS E INVERÍDICAS, reverberadas propositalmente pelos Requentes na inicial, bem como **POR NÃO SER POSSÍVEL EXTRAIR DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO JUSTIFICATIVA PLAUSÍVEL PARA SE TOLHER A LIBERDADE FUNDAMENTAL DO RECLAMANTE, PROFISSIONAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, DE TECER CRÍTICAS AO PRESIDENTE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.****

- É importante esclarecer, novamente, que a r. decisão, ora reclamada, não encontra respaldo nos entendimentos deste **E. Supremo Tribunal Federal, QUE RECHAÇAM VEEMENTENTE QUALQUER TENTATIVA SE REALIZAR CENSURA PRÉVIA E, AINDA, RECHAÇAM A IDEIA DE IMUNIZAR PESSOAS NOTADAMENTE**

PÚBLICAS, SOBRETUDO, FIGURAS POLÍTICAS REPRESENTANTES DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES, de críticas sobre os seus atos, seja do ponto de vista pessoal, seja no exercício da atividade pública.

- Destaca-se, ainda que o Reclamante é um ex-empregado da Caixa, Ex-Presidente da FENAE – entidade de representação dos empregados da Caixa, **PROFISSIONAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E IMPRENSA**, ex-ocupante de vários cargos estratégicos na estrutura organizacional da Caixa Econômica Federal. Portanto, não obstante seja um empregado inativo, aposentado, **A SUA VIDA PESSOAL E PROFISSIONAL CIRCULAM EM TORNO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**.

- Com efeito, **NA QUALIDADE DE EX-PRESIDENTE DA FENAE**, bem como ocupante de cargos estratégicos na empresa, **O REQUERIDO RECEBE CONVITES DIÁRIOS PARA PARTICIPAR DE EVENTOS, PALESTRAS, PARA EMITIR OPINIÃO SOBRE DETERMINADOS ATOS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**. Ocorre que, de acordo com os termos da r. decisão proferida, o Reclamante **ENCONTRA-SE IMPEDIDO SOB O RECEIO DE QUE O PRESIDENTE DA CEF ENTENDA QUE SEUS PRONUNCIAMENTOS O “DESONREM”** e, dessa forma, requeira a imputação da multa de R\$10.000,00 (dez mil reais) pelo descumprimento da r. decisão.

- Logo, o RECLAMANTE encontra-se, em clara afronta à Constituição Federal, **IMPEDIDO DE SE MANIFESTAR A RESPEITO DA EMPRESA, BEM COMO DE TERCEIR CRÍTICAS AO PRESIDENTE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E DIVULGAR O CONTEÚDO NAS SUAS REDES SOCIAIS**. Analogicamente, ressalvadas as devidas proporções, é como se um Ex-Presidente da República fosse impedido, por meio de uma decisão judicial, de tercer críticas sobre outro governo e/ou sobre determinados atos praticados por outro governo.

- Diante do exposto, com o devido respeito e novamente contando com os *doutos* suprimentos de Vossa Excelência, **O RECLAMANTE ESPERA PELO DEFERIMENTO DA MEDIDA CAUTELAR** para que, desde logo, **SEJAM SUSPENSOS OS EFEITOS DA R. DECISÃO JUDICIAL, ora Reclamada.**

V– DOS PEDIDOS

- Ante o exposto, com o devido respeito e novamente contando com os *doutos* suprimentos de Vossa Excelência, o Reclamante espera pelo recebimento da presente Reclamação e, dessa forma que:

a) Seja concedida a medida cautelar **PARA SUSPENDER, DESDE LOGO, OS EFEITOS DA DECISÃO RECLAMADA**, proferida pelo i. juízo da 9ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, nos autos do processo nº. 1017315-77.2019.4.01.3400, cuja r. decisão liminar **CENSUROU** o Reclamante, **PROFISSIONAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E IMPRENSA**, de tecer críticas ao Presidente da Caixa Econômica Federal, bem como a determinados atos de gestão da empresa;

b) No mérito, que a presente Reclamação seja julgada procedente, confirmando a medida cautelar, **PARA CESSAR EM DEFINITIVO OS EFEITOS DA R. DECISÃO RECLAMADA**, proferida pelo i. juízo da 9ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, nos autos do processo nº. 1017315-77.2019.4.01.3400, cuja r. decisão liminar **CENSUROU** o Reclamante, **PROFISSIONAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E IMPRENSA**, de tecer críticas ao Presidente da Caixa Econômica Federal, bem como a determinados atos de gestão da empresa;

José Sousa de Lima
Advogado

c) Por fim, que a presente reclamação seja **JULGADA MONOCRATICAMENTE** pelo i. Min. Relator, nos termos do art. 161, parágrafo único, do RISTF.

Termos em que,
Pede deferimento.

Brasília/DF, 24 de julho de 2019.

JOSÉ SOUSA DE LIMA
OAB/DF Nº. 58.166